

Da Intenção

Frithjof Schuon

A primazia da intenção resulta do fato de que uma mesma ação – não dizemos toda ação – pode ser boa ou má conforme a intenção, enquanto que o inverso não é verdadeiro: uma intenção não é boa ou má conforme a ação¹. Não são as ações que importam em primeiro lugar, são as intenções, nos diz tanto a sabedoria tradicional quanto o senso comum; muito bem, mas é evidente que isso não poderia significar, como alguns imaginam, que se possa desculpar toda ação imperfeita, ou mesmo má, supondo que a intenção foi boa ou mesmo alegando que toda intenção é boa no fundo, unicamente por ser subjetiva e, segundo alguns, a subjetividade ter sempre razão.

Desculpar, ainda que só parcialmente, uma ação ou produção que é censurável argumentando que a intenção foi boa só tem sentido nos seguintes casos. *Primo*: quando o resultado negativo é contrário ao que o agente queria; é o caso da criança que provoca um incêndio acendendo uma vela. *Secundo*: quando se tem sérias razões para supor que a ruindade – ou a imperfeição – da ação ou do produto só é devida a uma inabilidade accidental; é o caso do doente que não está à altura de sua tarefa. *Tertio*: quando se tem razões válidas para supor que a intenção de uma pessoa notoriamente imperfeita ou má foi boa no caso em questão; dar-se conta disso é demonstrar uma objetividade meritória. *Quarto*: quando o agente é substancialmente – não accidentalmente – incapaz de executar seu projeto de uma maneira satisfatória; é o caso da criança que tenta fazer uma pintura, ou do homem rude ou inculto que pensa agradar com um presente de mal gosto, mas ainda honorável; neste caso, desculpa-se a intenção como tal e não a deficiência que viciou-lhe a expressão; na criança, desculpa-se mesmo a deficiência, se é unicamente uma questão de idade. *Quinto*: quando uma ação ou uma obra extrinsecamente paradoxal, ou mesmo censurável, só é compreensível à luz de sua intenção espiritual; é o caso, por exemplo, de certos simbolismos eróticos que *de jure* e *de facto* se referem a realidades metafísicas ou místicas e que, pelo fato de sua ambiguidade, pertencem ao domínio do esoterismo.

Mas voltemos agora às intenções comuns: é preciso evitar argumentar, apenas para desculpar sentimentalmente o autor no entanto responsável de uma obra censurável, ou mesmo nociva, que a obra é aceitável porque a intenção foi boa; pois isso significa que os vícios da obra têm direito à existência e, também, que a subjetividade é mais importante que a realidade objetiva; ao passo que “não há direito superior ao da verdade.”

Desculpar, por exemplo, uma arte decadente e falsa sob o pretexto de que a intenção do artista foi boa dado que o conteúdo é religioso seria esquecer que o diabo pode querer prejudicar a religião por meio de crentes que, como tais, são evidentemente bem intencionados; ora, não basta, em semelhante caso, que a intenção seja subjetivamente boa, ela deve sê-lo também objetivamente, em suas produções; a qualidade objetiva sendo uma das medidas da qualidade subjetiva, portanto da intenção, pois “é por seus frutos que os conhecereis”². Pensamos aqui na

¹ É equivocadamente que Pascal atribui aos jesuítas a ideia de que “o fim santifica os meios” – citamos a versão que se tornou proverbial –, pois, de fato, eles tinham tido o cuidado de especificar: com a condição de que os meios não sejam intrinsecamente viciosos; se esta reserva não fosse suficiente, não haveria legítima defesa possível.

² Nos pintores religiosos do *Quattrocento*, a intenção está concretamente acima da execução: não censuramos a um Fra Angelico não ter sido um pintor de ícones, dada sua capacidade de criar um clima quase paradisíaco, sacralizando assim uma arte

qualidade necessária de uma obra, não na qualidade simplesmente desejável; a insuficiência de uma obra simplesmente inábil e ingênua, mas inocente, não é da mesma ordem da maldade de uma obra mal inspirada. Evidentemente, a falsidade de uma produção artística ou literária pode manifestar um vício fundamental: uma falta de conhecimento de si, um desejo malsão de originalidade, portanto, no fundo, o orgulho, seja qual for a intenção superficial do autor. Que este possa crer bom o que é mau, e que sua intenção, sobre tal base, seja sincera, não constitui uma circunstância atenuante, sem o que seria necessário desculpar todos os erros e todos os crimes, como se faz, aliás, com demasiada frequência em nossos dias.

Uma intenção pode ser boa sob um aspecto e má sob outro: ela é boa enquanto ela manifesta, por exemplo, um sentimento religioso e ela é má enquanto o faz de uma maneira que, rigorosamente falando, é incompatível com a religião, a santidade, a dignidade. Manifestar uma mentalidade falsa, tola ou perversa é evidentemente querer fazê-lo; é identificar-se com essa mentalidade, e sob este aspecto a intenção não poderia ser boa. A originalidade espontânea, portanto sincera, pode certamente se justificar; o desejo de originalidade não se justifica jamais. Sem dúvida, o desejo de criar algo novo pode animar um talento, mas tal desejo certamente carece de piedade e, também, de grandeza.

A ideia fixa de que o argumento da intenção é uma panaceia tornou-se de tal forma habitual que demasiadas pessoas abusam dela sem refletir, protestando, por exemplo, sua boa intenção em casos em que a questão da intenção nem mesmo se poderia pôr. De uma maneira muito geral, é por demais evidente que as boas intenções não constituem de forma nenhuma uma garantia do valor de um homem, nem mesmo, por consequência, de sua salvação; a intenção, no sentido de que se trata, só vale por sua realização³.

* * *

O intencionismo e o sincerismo vão de par; o primeiro tem em comum com o segundo o fato de que corre em socorro de tudo o que é censurável, quer seja extravagante e pernicioso ou simplesmente medíocre e vulgar; em suma, ser “sincero” é se mostrar “tal como se é”, incondicionalmente e cinicamente, portanto de encontro a todo esforço de ser o que se deveria ser. Esquece-se que a sinceridade só tem valor por seu conteúdo, e que é caridoso evitar dar um mal exemplo; o indivíduo deve à sociedade um comportamento correto, para dizer o mínimo, o que não tem nada a ver com o vício de dissimulação. Explicitemos que o comportamento correto, como o exige o bom senso e a moral tradicional, tem por corolário necessário um certo autoapagamento, enquanto que a hipocrisia por definição é um exibicionismo, grosseiro ou sutil, conforme o caso.

Sempre em conexão com o intencionismo e o sincerismo, é preciso assinalar aqui o abuso que é feito atualmente da palavra “compreender” ou da noção de “compreensão”: dizem-nos que é preciso “compreender” um malfeitor ou um homem mau e que compreender é perdoar. Se é assim, o que se deveria pensar dos pecadores que se convertem e, antes de tudo, da injunção tradicional “conhece-te a ti mesmo”? ⁴ O bom ladrão do Evangelho não foi para o Paraíso por

rigorosamente falando já profana. Por outro lado, é preciso não superestimar a adequação material e mesmo espiritual de certos ícones, os quais exprimem muito mais um sentimento religioso coletivo que a realidade plena do tema representado.

³ Como o enuncia este provérbio alemão: “O caminho do inferno está pavimentado de boas intenções.” (*Der Weg zur Hölle ist mit guten Vorsätzen gepflaster*), ou o provérbio inglês análogo, derivado sem dúvida desta sentença do Eclesiástico (XXI, 10): “O caminho dos pecadores é bem pavimentado, mas ele termina no abismo do inferno.” E, segundo a Epístola de São Tiago (IV, 17), “Aquele, portanto, que sabe fazer o bem e não o faz, comete um pecado.”

⁴ Ou “odeia a tua alma”, segundo uma fórmula cristã.

nada, e Santo Agostinho sabia o que fazia ao escrever suas Confissões. Por uma inconsequência bem característica, os partidários da “compreensão” incondicional – dir-se-ia que basta ser “si mesmo” para ter sempre razão – esses partidários evitam muito bem “compreender” aqueles que pensam de forma diferente deles e a quem eles vilipendiam sem vergonha; uma caridade em sentido único leva forçosamente a uma justiça invertida.

A intenção determina não somente as ações, mas, evidentemente, também as atitudes morais. Há uma humildade, uma caridade e uma sinceridade – mas então não são senão aparências – que se ligam à hipocrisia, portanto propriamente ao satanismo, a saber: a humildade igualitária e demagógica, a caridade humanista e no fundo amarga, e a sinceridade cínica. Há falsas virtudes cujo motivo no fundo é demonstrar a si mesmo que não se tem necessidade de Deus; o pecado do orgulho consiste aqui em crer que nossas virtudes são nossa propriedade e não um dom do Céu, o que é tanto mais falso quanto, neste caso, as virtudes são imaginárias, pois o orgulho as perverte.

Ser sincero e, por consequência, ter uma boa intenção significa, entre outras coisas, que se se dá ao trabalho de refletir e também, eventualmente, de se informar, sobretudo se se trata de uma matéria grave; não se pode, alegando boa intenção, justificar o erro de alguém que julga e conclui sem se servir de sua inteligência e que não se importa com o que pensam ou sabem os outros, mesmo que sejam melhores que ele. Há pessoas que, desdenhando as religiões e as sabedorias tradicionais⁵, creem poder tirar tudo de si mesmas, algo para que, logicamente, não se vê sombra de razão; sem dúvida, o sábio tira tudo “de si mesmo” – *regnum Dei intra vos est* – no sentido de que ele se beneficia da intuição intelectual; mas esta, além de não ter nada a ver nem com a ambição, nem *a fortiori* com a presunção, concorda com as tradições sagradas, das quais o sábio nem de longe pensa em se afastar, mesmo que tenha nascido com a ciência infusa. Seja como for, as religiões e as sabedorias são valores “naturais” – ainda que de uma maneira “sobrenatural” – como o ar que respiramos, a água que bebemos, a matéria que comemos; não reconhecer o “imperativo categórico” do que poderíamos chamar, por comparação, de “ecologia espiritual” é, por consequência, uma atitude tão autodestrutiva quanto irrealista.

* * *

Sempre em relação com as questões de intenção e de sinceridade, mas num plano muito particular, consideremos agora um ponto muito importante em “alquimia” iniciática: partindo da ideia de que os dois polos na via contemplativa são a concentração mental e a intenção do coração, compreender-se-á sem dificuldade por que esta é mais importante que aquela; pois evidentemente vale mais ter a intenção apropriada sem saber bem se concentrar do que saber se concentrar bem, mas não se preocupar com a intenção boa⁶.

Deus escuta a intenção, mesmo do incapaz, mas ele não poderia aceitar a perfeição técnica da parte do ambicioso e do hipócrita. Tudo isto dito sem perder de vista que, sob outro aspecto, a qualidade da concentração é função da intenção, precisamente.

* * *

⁵ É arbitrário objetar que as religiões se contradizem, pois pode-se tão bem quanto, e mesmo com maior razão, sustentar que elas coincidem no essencial e que suas antinomias não diminuem em nada sua eficácia intrínseca. Quem diz religião, diz Revelação, seja primordial, seja histórica; as pseudo-religiões não poderiam ser eficazes, nem os métodos que foram isolados de seu quadro tradicional.

⁶ Em primeiro lugar, discernimento metafísico, depois, concentração sincera – porque conforme ao discernimento – e quase permanente; eis o próprio fundamento da espiritualidade operativa, sejam quais forem os modos ou os graus.

Após esse parêntese, redesçamos à arena da psicologia corrente e “horizontal” e digamos algumas palavras sobre uma noção de que se abusa escandalosamente em clima de narcisismo psicanalítico, a saber, a de “trauma”. Na realidade, o homem só pode ser legitimamente traumatizado por monstruosidades; aquele que é traumatizado por menos do que isso já é ele próprio um monstro; a alternativa é inexorável. Em todo caso, um trauma não tem o direito de ser absoluto; ele está ali para ser vencido e para ser aproveitado em vista do que é a razão de ser de nossa vida e de nossa própria existência. Não há pior hipócrita que o ingrato e rancoroso que pretende fugir em direção a Deus; não se pode amar a Deus por ódio aos homens. Muitos santos tinham razões para serem “traumatizados”, mas eles aceitaram as injustiças – não imaginárias, no caso deles – “por amor a Deus” e sem esquecer que “com a mesma medida que medirdes, sereis medidos vós também.”⁷

Mas é preciso considerar também o caso do trauma coletivo: é natural que um povo, ou um grande grupo humano qualquer, possa ser traumatizado sem que seja o caso de o censurar por isso; e é também totalmente natural que isso não comprometa todo indivíduo. Uma alma coletiva é passiva, e ela o é forçosamente, pois não poderia ter nem uma inteligência homogênea, nem um querer livre e preciso que desta resulte; maior razão para não se deixar dominar por um psiquismo coletivo e não lhe dar poder. Passiva, a coletividade pode, não obstante, ser o veículo de uma boa disposição, em função de sua saúde mental e moral combinada com a tradição; *vox populi, vox Dei*.

* * *

Não é de surpreender que para o sincerismo em moda o segredo seja coisa detestável, pois, desse ponto de vista, ser sincero é não esconder nada, e esconder alguma coisa é ser desonesto ou hipócrita. Ora, por razões evidentes, o homem tem um direito natural ao segredo: ele tem o direito de não mostrar um sentimento que só diz respeito a ele e, *a fortiori*, uma graça espiritual⁸; um santo pode querer dissimular se não suas virtudes, ao menos sua santidade. A sinceridade consiste, portanto, menos em se mostrar em todas as coisas tal como se é do que em não querer parecer mais do que se é; o que não se poderia censurar ao dignitário investido de uma função social ou espiritual, pois suas atitudes normativas se referem ao princípio que ele representa, não à sua individualidade. Para a mentalidade “de nosso tempo”, ao contrário, a sinceridade é a vulgaridade, e inversamente; o que pressupõe a opinião de que o homem é normalmente vulgar; assim, a vulgaridade tornou-se quase oficial. No entanto, a dignidade está ligada à piedade, ao amor tanto quanto ao temor; mesmo o pecador tem direito à dignidade visível, ou seja, ela se impõe a ele porque ele é homem “feito à imagem de Deus”, apesar de sua insuficiência ou de sua traição. Por certo, há homens perversos que afetam maneiras dignas – impostores, por exemplo –, mas eles o fazem por falsas razões, portanto por hipocrisia; a verdadeira dignidade não poderia ser afetada, ela é sincera por definição. O homem é nobre na medida em que ele se identifica com o principal e, portanto, com o necessário; com o arquétipo, não com o acaso.

Resulta de tudo o que vimos de dizer que o homem de natureza “aristocrática” – não estamos falando de classes sociais – é aquele que se domina e gosta de se dominar; o de natureza

⁷ Um exemplo clássico é São João da Cruz, sempre perseguido e, no fim das contas, canonizado; mas jamais “traumatizado”, para dizer o mínimo.

⁸ “Não jogueis vossas pérolas aos porcos”, disse Cristo.

“plebeia” – faça-se a mesma reserva⁹ – é ao contrário o homem que não se domina e que não quer se dominar. Dominar-se é, em substância, querer se superar, em conformidade com a razão de ser dessa criatura central e total que é o homem; de fato, o homem da “idade sombria” vive abaixo de si mesmo. Ele deve, portanto, se superar – ou restabelecer o equilíbrio entre *Mâyâ* e *Atmâ* – em função de uma norma que ele traz em si mesmo e que implica tudo o que torna a vida digna de ser vivida.

No fundo, toda a questão é saber o que somos, ou o que o homem é; ora, nossa verdadeira identidade está em nossa consciência do Real, do Imutável, do Sumo Bem. Toda antropologia psicológica, moral, social e espiritual deve ter seu fundamento neste axioma; disso resulta que defender o homem é antes de tudo defendê-lo contra si mesmo.

* * *

Voltando agora ao nosso tema inicial, explicitaremos ainda, sob o risco de nos repetirmos, que a intenção abrange essencialmente duas dimensões, ou que ela opera em dois tempos: em primeiro lugar, o bem deve ser feito e, em segundo lugar, ele deve ser bem feito. Realizar um bem é também realizá-lo bem, pois a execução deve estar à altura da ideia; é o que exigem tanto a lógica quanto a sinceridade. Como vimos acima, o “fazer bem” engloba também, em princípio se não sempre de fato, a linguagem formal ou, digamos, o modo de expressão da execução.

Outro ponto fundamental é a acentuação quer da intenção, quer da ação; um legalismo excessivo verá na ação correta uma garantia de mérito e de virtude, enquanto que uma mística unitiva¹⁰ verá habitualmente nas observâncias exteriores um formalismo quer secundário, quer mesmo supérfluo; sem razão ou com razão, conforme o caso, ou conforme a envergadura espiritual do sujeito. Em princípio, esta segunda atitude está acima da primeira, porque o interior tem primazia em relação ao exterior, ou porque, precisamente, a intenção tem primazia em relação à ação; mas neste caso tratar-se-á de uma intenção intrínseca, ou seja, que se basta a si mesma e engloba concretamente as possibilidades de ação meritória¹¹. Do ponto de vista de Cristo, a observância de uma prescrição só se impõe com a dupla condição de que a prescrição exprima adequadamente sua razão de ser e de que o homem, ao agir, realize essa razão de ser em sua alma; como dizia o rei Davi (XL, 7, 8): “Tu não querias nem sacrifício, nem oblação; Tu me abriste o ouvido... Tua Lei está no mais fundo de meu coração.”

* * *

Tradução do capítulo “De l'intention”, do livro *Le Jeu des Masques*, de Frithjof Schuon. Editora L'Âge d'Homme, Lausanne, Suíça, 1992

⁹ Tanto mais quanto as classes sociais tornaram-se em grande parte artificiais como resultado do industrialismo destrutivo, desumanizador e escravizante. O fenômeno de camponeses e de artesãos aristocráticos, sobretudo em regiões ainda plenamente religiosas, deveria ser bem conhecido.

¹⁰ Esta expressão devendo-se entender no sentido mais amplo, compreendendo tanto a vida de amor quanto a gnose; tanto a *bhakti* quanto o *jñâna*.

¹¹ O *distinguo* “intenção-ação” evoca a relação complementar entre a “fé” e as “obras”. São conhecidas as divergências especulativas e operativas às quais esses dois princípios deram origem, tanto no Ocidente como no Oriente.